

Termo de Referência 1/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2024	264011-FUNDACENTRO / U.E. SANTA CATARINA	ELIZABETH DA SILVA FIGUEIREDO	15/07/2024 17:10 (v 3.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90123/2024	47648.001097 /2020-88

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de análise química para determinação da massa de hidrocarbonetos em amostras de ar coletadas em tubos adsorventes, com fornecimento de tubos não amostrados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviço de laboratório para a análise química, sob demanda, de benzeno e vapor de gasolina (mistura de hidrocarbonetos – fração leve) em amostras de ar coletadas em tubos de carvão ativo 100/50 mg, de acordo com metodologia de referência (NIOSH 1501 e OSHA PV2028, respectivamente). O laboratório de análise deve possuir certificado de acreditação e escopo de serviços acreditados por instituição de metro ou da área de higiene ocupacional, o que inclui os métodos de referência que serão utilizados para a análise em questão. A técnica analítica utilizada pelo prestador de serviço deve proporcionar limite de quantificação igual ou inferior a 1 µg de benzeno/amostra e igual ou inferior µg de gasolina/amostra. Além disso, o serviço deve incluir o	18830	Unidade	500	184,75	92.375,00

fornecimento dos tubos adsorventes de carvão ativado para a amostragem de a quais deverão ser enviados em embalagem original e acondicionados de acordo com as recomendações do fabricante e remessa do material para a amostragem (tubos) para o CEP: 05409-002.					
---	--	--	--	--	--

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de um ano contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação de serviço de laboratório para a análise de benzeno e vapor de gasolina (mistura de hidrocarbonetos – fração leve) em amostras de ar coletadas em postos de revenda de combustíveis (PRC) é uma demanda do projeto de pesquisa intitulado “Avaliação e Controle de Riscos em Postos de Revenda de Combustíveis”, que tem como objetivo avaliar a exposição ocupacional ao benzeno, os efeitos biológicos precoces e o risco de desenvolver câncer de trabalhadores de PRC. Nesse sentido, a quantificação da exposição de trabalhadores em PRC a benzeno e vapor de gasolina através da análise de ar coletado na zona de respiração é fundamental para alcançar os objetivos do projeto de pesquisa em questão.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP:37115367000160-0-000001/2024
  - II) Data de publicação no PNCP: 30/10/2023
  - III) Id do item no PCA: PCA-3
  - IV) Classe/Grupo: 835 - Serviços científicos e outros serviços técnicos
  - V) Identificador da Futura Contratação: 264001-90123/2023
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Documento de Formalização da Demanda - DFD (146 /2023/SLAP/DPA), abrange a prestação do serviço de laboratório para a análise de benzeno e vapor de gasolina (mistura de hidrocarbonetos – fração leve) em amostras de ar coletadas em postos de revenda de combustíveis (PRC).

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.1.1. Adotar medidas para evitar ao máximo o desperdício de água conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

4.1.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, a lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e demais normas ambientais vigentes sobre resíduos sólidos;

4.1.4. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.5. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

#### Subcontratação

4.3. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

#### Garantia da contratação

4.4. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

#### Vistoria

4.5. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

4.6. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. *Início da execução do objeto: 5 dias após a assinatura do contrato;*

5.1.2. Serviço de laboratório para a análise química de benzeno e vapor de gasolina (mistura de hidrocarbonetos – fração leve) em amostras de ar coletadas em tubos de carvão ativo 100/50 mg, de acordo com metodologia de referência (NIOSH 1501 e OSHA PV2028, respectivamente).

5.1.3. O laboratório de análise deve possuir certificado de acreditação e escopo de serviços acreditados por instituição de metrologia ou da área de higiene ocupacional, o que inclui os métodos de referência que serão utilizados para a análise em questão.

5.1.4. A técnica analítica utilizada pelo prestador de serviço deve proporcionar limite de quantificação igual ou inferior a 1 µg de benzeno/amostra e igual ou inferior a 50 µg de gasolina/amostra.;

5.1.5. O serviço deve incluir o fornecimento dos tubos adsorventes de carvão ativado para a amostragem de ar, os quais deverão ser enviados em embalagem original e acondicionados de acordo com as recomendações do fabricante;

5.1.6. Após a conclusão do serviço, a CONTRATADA deve fornecer resultados das análises, além de demais documentos aplicáveis aos serviços analíticos solicitados.

5.1.7. *Cronograma de realização dos serviços:* A execução dos serviços será agendada com a equipe técnica do Projeto de pesquisa intitulado “Avaliação e Controle de Riscos em Postos de Revenda de Combustíveis”.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.2. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:*

5.2.1. O serviço deve incluir o fornecimento dos tubos adsorventes de carvão ativado para a amostragem de ar, os quais deverão ser enviados em embalagem original e acondicionados de acordo com as recomendações do fabricante.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.3. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.3.1. *Estudos estatísticos sobre tamanho populacional a ser considerado para obter-se resultados que venham a ser representativos das condições de exposição ao benzeno em postos de revenda de combustíveis. Nesses estudos definiu-se um número mínimo para cada perfil de posto de revenda de combustível, assim como o número de replicatas. O valor total de amostras não deve ultrapassar o número de 500;*

#### **Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))**

5.4. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

*a. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

#### **Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato, quando necessário;

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Entrega dos relatórios técnicos com os resultados expressos na ordem de grandeza acordada dentro do prazo definido;

7.3.2. Caso surjam dúvidas quanto aos resultados reportados e haja necessidade de novas medições, os valores só serão pagos após a liberação oficial (relatórios técnicos) dos resultados das amostras questionadas;

### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços

realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.17.1. o prazo de validade;
- 7.17.2. a data da emissão;
- 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.17.5. o valor a pagar; e
- 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice vigente de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.27. *O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

7.28. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.34.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Regime de execução**

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

#### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.26. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

#### **Qualificação Técnica**

8.27. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.28. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.29. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;*

8.29.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

8.30. *Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.30.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.30.1.1. *Número do escopo do laboratório e seu respectivo ensaio acreditado pelo INMETRO ou por outro órgão certificador internacional que possua acordo com o INMETRO.*

8.30.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de 50%, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.30.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.30.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.31. *O laboratório de análise deve possuir certificado de acreditação e escopo de serviços acreditados por instituição de metrologia ou da área de higiene ocupacional, o que inclui os métodos de referência que serão utilizados para a análise em questão.*

8.32. *Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:*

8.32.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na*

localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 92.375,00

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 92.375,00 (noventa e dois mil trezentos e setenta e cinco reais), conforme custos unitários apostos na *do item 1*.

9.2. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

9.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

9.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

9.2.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. As informações orçamentárias constarão da Declaração de Disponibilidade Orçamentária.

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **GILMAR DA CUNHA TRIVELATO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 25/06/2024 às 15:51:11.*

### **ELIZABETH DA SILVA FIGUEIREDO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 25/06/2024 às 11:00:27.*

### **ROGERIO BEZERRA DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 12/07/2024 às 14:04:57.*

### **KARINA NUNES FIGUEIREDO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/07/2024 às 16:35:59.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP13\_2024.pdf (1.15 MB)

**Anexo I - ETP13\_2024.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 13/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 47648.001097/2020-88

## 2. Descrição da necessidade

- 2.1 Os serviços são necessários para avaliar a exposição ocupacional ao benzeno e os riscos de câncer ocupacional para os trabalhadores em postos de revenda de combustíveis (PRC). Os dados serão utilizados para definir necessidades de adoção de medidas preventivas nesses estabelecimentos e sugerir revisões na legislação trabalhista e previdenciária.
- 2.2 Os serviços deverão incluir os procedimentos abaixo mencionados: Serviço de laboratório para a análise química de benzeno e vapor de gasolina (mistura de hidrocarbonetos – fração leve) em amostras de ar coletadas em tubos de carvão ativo 100/50 mg, de acordo com metodologia de referência (NIOSH 1501 e OSHA PV2028, respectivamente).
- 2.3 O laboratório de análise deve possuir certificado de acreditação e escopo de serviços acreditados por instituição de metrologia ou da área de higiene ocupacional, o que inclui os métodos de referência que serão utilizados para a análise em questão.
- 2.4 A técnica analítica utilizada pelo prestador de serviço deve proporcionar limite de quantificação igual ou inferior a 1 µg de benzeno/amostra e igual ou inferior a 50 µg de gasolina /amostra.
- 2.5 O serviço deve incluir o fornecimento dos tubos adsorventes de carvão ativado para a amostragem de ar, os quais deverão ser enviados em embalagem original e acondicionados de acordo com as recomendações do fabricante;
- 2.6 Após a conclusão do serviço, a CONTRATADA deve fornecer resultados das análises, além de demais documentos aplicáveis aos serviços analíticos solicitados;
- 2.7 A execução dos serviços será agendada com a equipe técnica do Projeto de pesquisa intitulado “Avaliação e Controle de Riscos em Postos de Revenda de Combustíveis.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SATP	Gilmar da Cunha Trivelato
EASC	ELIZABETH DA SILVA FIGUEIREDO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1 O serviço deverá ser executado por empresa com área de atuação compatível o objeto deste termo de referência. A execução dos serviços deverá ser feita por técnicos qualificados para garantir instalação e funcionamento adequados dos itens solicitados.



4.2 A contratada estará sujeita às penalidades previstas nos artigos no Art. 7º da Lei nº 10.520 /2002, no Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, e nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

4.3 O serviço solicitado é continuado, uma vez que constitui a obtenção de produtos específicos, serviços que serão solicitados conforme a demanda e sem a necessidade de assistência da empresa especializada após o seu término.

4.4 A Contratada deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade, sempre que aplicável:

4.4.1 Adotar medidas para evitar ao máximo o desperdício de água conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.4.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.4.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, a lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e demais normas e legislações ambientais vigentes sobre resíduos sólidos;

4.4.4. Prever a destinação ambiental adequada de peças substituídas em decorrência dos serviços;

4.4.5 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

4.4.6. A contratada deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 Nas instalações da FUNDACENTRO não há equipamentos, instrumentos e insumos necessários e em condições plenas e otimizadas para a execução dos ensaios solicitados de forma a gerar resultados confiáveis. O custo com a contratação desses ensaios será muito menor quando comparado aos gastos que haveria com a compra de equipamentos, manutenção dos equipamentos, calibração dos mesmos, além da compra de instrumentação, insumos e reagentes. Outro fator importante, é o tempo que seria empregado por um ou mais membros da equipe (gasto de H/h) para viabilizar a compra de todos esses itens, além do tempo de entrega (a maioria dos itens é importado), treinamento no uso dos equipamentos e execução das normas que definem as análises solicitadas. Provavelmente o projeto não seria concluído no tempo previsto.

Portanto, de forma a assegurar o bom andamento do projeto, com a aquisição de dados analíticos de inteira confiabilidade por serem gerados a partir de empresas certificadas para tais análises, atendendo ao fator tempo necessário para o término do projeto e somando-se a tudo isso o quesito economicidade, solicitamos a contratação das referidas análises nas condições já expostas.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Documento de Formalização da Demanda - DFD (94/2020 /SLAP/DPA), abrange a prestação do serviço de laboratório para a análise de benzeno e vapor de gasolina (mistura de hidrocarbonetos – fração leve) em amostras de ar coletadas em postos de revenda de combustíveis (PRC).

6.2 O serviço de laboratório para a análise química, sob demanda, de benzeno e vapor de gasolina (mistura de hidrocarbonetos – fração leve) em amostras de ar coletadas em tubos de carvão ativo 100/50 mg, de acordo com metodologia de referência (NIOSH 1501 e OSHA PV2028, respectivamente).

6.3 O laboratório de análise deve possuir certificado de acreditação e escopo de serviços acreditados por instituição de metrologia ou da área de higiene ocupacional, o que inclui os métodos de referência que serão utilizados para a análise em questão.

6.4 A técnica analítica utilizada pelo prestador de serviço deve proporcionar limite de quantificação igual ou inferior a 1 µg de benzeno/amostra e igual ou inferior a 50 µg de gasolina /amostra.

6.5 Além disso, o serviço deve incluir o fornecimento dos tubos adsorventes de carvão ativado para a amostragem de ar, os quais deverão ser enviados em embalagem original e acondicionados de acordo com as recomendações do fabricante.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1 Estima-se a contratação de 500 análises químicas, sob demanda, de benzeno e vapor de gasolina (mistura de hidrocarbonetos – fração leve) em amostras de ar coletadas em tubos de carvão ativo 100/50 mg, de acordo com metodologia de referência (NIOSH 1501 e OSHA PV2028, respectivamente).
- 7.1.1 O serviço deve incluir o fornecimento dos tubos adsorventes de carvão ativado para a amostragem de ar, os quais deverão ser enviados em embalagem original e acondicionados de acordo com as recomendações do fabricante. O custo do envio destes artefatos será da empresa contratada que fará as análises.
- 7.1.2 Não poderão ser realizadas as análises químicas solicitadas caso o laboratório vencedor não envie ou forneça diretamente na sede da FUNDACENTRO os necessários artefatos (tubos adsorventes de carvão ativado)

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 92.375,00

- 8.1 Em consulta a empresas que prestam o serviço, sob demanda, de análise química para determinação da massa de hidrocarbonetos em amostras de ar coletadas em tubos adsorventes, com fornecimento de tubos não amostrados o valor médio estimado é de aproximadamente R\$: 92.375,00

Item	Descrição	Qunatidade	Valor Unitário (R\$)	Total
01	Serviço de laboratório para a análise química, sob demanda, de benzeno e vapor de gasolina (mistura de hidrocarbonetos – fração leve) em amostras de ar coletadas em tubos de carvão ativo 100/50 mg, de acordo com metodologia de referência (NIOSH 1501 e OSHA PV2028, respectivamente). O laboratório de análise deve possuir certificado de acreditação e escopo de serviços acreditados por instituição de metro ou da área de higiene ocupacional, o que inclui os métodos de referência que serão utilizados para a análise em questão. A técnica analítica utilizada pelo prestador de serviço deve proporcionar limite de quantificação igual ou inferior a 1 µg de benzeno/amostra e igual ou inferior µg de gasolina/amostra. Além disso, o serviço deve incluir o fornecimento dos tubos adsorventes de carvão ativado para a amostragem de a quais deverão ser enviados em embalagem original e acondicionados de acordo com as recomendações do fabricante e Custo para remessa do material para a amostragem (tubos) para o CEP: 05409-002	500	184,75	92.375,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1 Dada a inter-relação entre ambos os itens e a natureza dos serviços, considera-se o não parcelamento da solução como mais adequado, favorecendo a uniformidade dos serviços sem que haja prejuízos à ampla participação dos licitantes especializados.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Planejamento da Contratação consta no Plano Geral de Contratação (PGC) da FUNDACENTRO para o exercício de 2023.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 O objetivo é avaliar a exposição ocupacional ao benzeno, os efeitos biológicos precoces e o risco de desenvolver câncer de trabalhadores de PRC. Nesse sentido, a quantificação da exposição de trabalhadores em PRC a benzeno e vapor de gasolina (mistura de hidrocarbonetos – fração leve) através da análise de ar coletado na zona de respiração é fundamental para alcançar os objetivos do projeto de pesquisa em questão

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não se considera aplicável a realização de adequações do ambiente do órgão.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Após a análise de todos os itens anteriores, esta Equipe de Planejamento, sempre pautada no objetivo de realizar licitações mais racionais e menos dispendiosas, entende ser viável a contratação proposta, desde que as especificações listadas neste Estudo Técnico sejam observadas e cumpridas.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GILMAR DA CUNHA TRIVELATO**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/06/2024 às 22:17:55.

**ELIZABETH DA SILVA FIGUEIREDO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 04/06/2024 às 10:03:23.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - F4FE7364-2024.pdf (590.82 KB)
- Anexo II - R0\_FUNDACENTRO - IE - MAY 24 - 1707351-SGS.pdf (680.25 KB)
- Anexo III - Proposta Comercial - 04321.23 - Fundacentro.doc (116.5 KB)

**Anexo I - F4FE7364-2024.pdf**

**Empresa:** FUNDACAO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO

**Contato:** JUAN PEREIRA

**Telefone:** 1130666000

**Orçamento:** F4FE7364-2024

**Cidade / UF:** SAO PAULO/SP

**CEP:** 5409002

**E-mail:** scp@fundacentro.gov.br

Prezado (a): JUAN PEREIRA

Conforme solicitação, apresentamos o orçamento para realização das análises laboratoriais de Higiene Ocupacional:

Observações: ORÇAMENTO COTADO PARA ATENDER A METODOLOGIA - PROCESSO Nº 47648.001097/2020-88 - INCLUSO O VALOR DOO FRETE 30 ENVIOS VIA CORREIO

Agentes				Valor		Posto de Trabalho / Setor
Qtde	Descrição	Vazão	Volume	Unitário	Total	
500	Benzeno(NIOSH 1501)	0,02 A 0,2 L/MIN	STEL: 3L TWA: 5 A 30L	89,00	44.500,00	1- BENZENO
500	Gasolina(NIOSH 1550)	0,02 A 0,2 L/MIN	1,3 A 20 L	89,00	44.500,00	2- GASOLINA
<b>Valor Total: 89.000,00</b>						

**Premissas de fornecimento:**

- Os valores são apresentados para cada amostra. É responsabilidade do cliente o entendimento da necessidade de mais amostras para cobertura da jornada integral;
- Liberação de resultados: 10 dias úteis até 100 amostras; 20 dias úteis de 101 a 200 amostras e acima de 200 amostras nos consultar. Prazo após o recebimento das amostras no Laboratório e conferência (24 horas para conferência);
- O custo do frete da remessa para envio de amostradores é de responsabilidade do cliente e será cobrado na fatura;
- Prazo de Pagamento: 28 dias através de boleto bancário;
- Validade da proposta: 60 dias;
- Os amostradores devolvidos sem serem utilizados não serão cobrados, desde que, sejam devolvidos em perfeitas condições e lacrados (conforme a condição que foram enviados);
- Amostradores que não aceitamos devolução para estoque: tratado, validade vencida, solução e subcontratado. Caso, solicitado e não utilizado terá o custo do descarte. Os mesmos devem retornar para o laboratório para descartamos da forma correta.
- Metais:
  - Fração inalável: Mg, Mn, Mo, Ni, Cr, Sn, Co
  - Fração respirável: Al, Cd, Fe, Mn, Mo, TiO2, Zn
  - Fração total: Sb, B, Cd, Ca, Pb, Cu, Mn, Sn
- Relatórios: Em caso de informações incorretas por parte do Laboratório UniScientific Group não serão gerados custos adicionais, porém caso apresente informações incorretas por parte do cliente, será cobrado o valor de R\$ 13,00 por documento revisado

**« Análise Terceirizada**

- Caso nosso orçamento seja aprovado, solicitamos a formalização através de pedido de compra ou pelo e-mail: [orcamento@unscientificgroup.com.br](mailto:orcamento@unscientificgroup.com.br)

**Anexo II - R0 \_FUNDACENTRO - IE - MAY 24 - 1707351-  
SGS.pdf**





**PROPOSTA 2024 / 975 R0 - FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA  
DO TRABALHO - FUNDACENTRO**

---

Proposta emitida em nome da SGS do Brasil Ltda., divisão I&E - EHS, por Thamires Segal para:

Elizabeth Figueiredo

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - Fundacentro

elizabeth.figueiredo@fundacentro.gov.br

-----

Orçamentista responsável: Maricelia Paiva

Dados para contato:

Thamires Segal

thamires.segal@sgs.com

+55 11 94224 4271

## 1. OBJETIVO DA PROPOSTA

A presente proposta tem como objetivo apresentar as melhores condições técnicas e comerciais para a realização dos serviços requeridos.

## 2. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Quando aplicável, os prazos abaixo serão adotados:

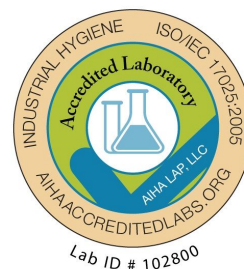
### 2.1. ENSAIOS

O relatório de ensaios será disponibilizado eletronicamente em até 15 dias úteis após o recebimento das amostras, exceto para ensaios realizados em laboratórios subcontratados, onde o prazo será de até 20 dias úteis.

## 3. CONDIÇÕES COMERCIAIS

Quando aplicável, os CRL 0470 e 0525 são referentes aos laboratórios acreditados pela Cgcre pertencentes a SGS do Brasil Ltda. divisão I&E unidades São Bernardo do Campo e Rio de Janeiro, respectivamente. O ID 102800 é referente ao laboratório acreditado pela AIHA-LAP, LCC pertencente a SGS do Brasil Ltda. divisão I&E, unidade São Bernardo do Campo.

Ensaio identificado com o texto "Ensaio Acreditado sob o ID 102800" são realizados na unidade de São Bernardo do Campo; textos diferentes indicam ensaios não acreditado ou realizados em laboratório subcontratado com o respectivo CRL (quando aplicável).



Os preços apresentados incluem impostos, sendo eles PIS, COFINS e ISSQN. O valor total desta proposta é de **\$82.551,20**

### 3.1. ENSAIOS

SKU	Ensaio	LQ	Método	Quant.	Preço Unitário
TCA10050_BENZ ENO_SBC	Benzeno Gasolina Ensaio Acreditado sob o ID 102800	0,00011 mg	IT.10-07 - Determinação de Vapores Orgânicos Selecionados / NIOSH 1550: Naphthas	500	R\$ 165,00

**Total**

**R\$ 82.500,00**

### 3.2. ENVIO DE MATERIAIS



SGS do Brasil LTDA

Unidade SBC, CRL 0470: Rua Silva Jardim, 251 - 09715-090 - Centro - São Bernardo do Campo - SP

Unidade RJ, CRL 0525: Rua Alfredo Balthazar da Silveira, 1785 - 22795-325 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ

Tipo de envio	Endereço	Preço
Sedex (por remessa)	R. Capote Valente, 710 - Jardim Paulista, São Paulo - SP, 05409-002	R\$ 51,20

**Total R\$ 51,20**

**Notas:**

1. A SGS não disponibiliza bombas e acessórios para amostragem;
2. A SGS não disponibiliza o impinger para amostragem, somente a solução;
3. Amostradores e balões de Tedlar devolvidos sem uso, sem avarias e em embalagem inviolada terão custo de R\$ 30,00 por amostrador e R\$ 50,00 por balão de Tedlar;
4. Amostradores, balões de Tedlar e soluções devolvidas para descarte terão custo de cada amostrador/balão novo /solução + custos administrativos de 40%
5. Devolução: os amostradores e balões de Tedlar, usados ou não, devem ser devolvidos em até 45 dias. Caso a devolução não ocorra, será cobrado o custo de cada amostrador/balão novo + custos administrativos de 40%.

**Regra de Decisão:** Ao declarar a conformidade com um requisito especificado, a SGS do Brasil não atribui ao resultado a incerteza de medição.

#### 4. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

- O faturamento será realizado após a execução do trabalho/entrega dos resultados. O pagamento deverá ser realizado em 21 DDL, condição sujeita a análise de crédito.
- Para faturamento em nome de pessoa física, o pagamento deverá ser antecipado
- Atenção quanto ao termo de aprovação da proposta. Há um campo para a contratante informar as condições de faturamento. Se for indicado que a contratante opera com sistema de PO, este documento precisa ser enviado para SGS antes do trabalho, e o seu número deve ser indicado na Cadeia de Custódia das amostras. Enquanto a PO não for recebida pela SGS, o processo fica com status "pendência comercial" e o trabalho não será realizado.
- O número desta proposta deve constar na Cadeia de Custódia e na PO (quando a PO for aplicável).
- **Faturamento mínimo: R\$ 500,00.** Não serão emitidas faturas e boletos com valores inferiores ao faturamento mínimo, portanto, caso o serviço solicitado tenha valor abaixo do faturamento mínimo, a fatura será emitida com valor R\$ 500,00.
- Será feita cobrança através de boleto bancário.
- O reajuste dos preços será conforme variação do IPCA, tendo como base o valor deste índice na data de emissão da proposta. A periodicidade do reajuste será de 12 meses.
- No caso de não pagamento na data do vencimento, haverá cobrança de multa de mora de 2% (dois por cento) por dia e de juros de 1,5% (um e meio por cento) ao mês ou fração, além da conversão cambial, quando aplicável.
- Caberá à contratante realizar todos os pagamentos e demais obrigações conforme descrito nesta proposta e seus anexos.
- O contratante se responsabiliza pelo pagamento do serviço realizado caso o terceiro indicado não realize o mesmo.
- Poderá ocorrer faturamento parcial dos serviços prestados conforme liberação dos resultados,5

##### 4.1. DADOS FISCAIS

	Unidade São Bernardo do Campo	Unidade Rio de Janeiro
<b>Razão Social</b>	SGS do Brasil Ltda.	
<b>CNPJ</b>	33.182.809/0066-86	33.182.809/0011-02

SGS do Brasil LTDA



Unidade SBC, CRL 0470: Rua Silva Jardim, 251 - 09715-090 - Centro - São Bernardo do Campo - SP

Unidade RJ, CRL 0525: Rua Alfredo Balthazar da Silveira, 1785 - 22795-325 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ

<b>Endereço</b>	Rua Silva Jardim, 251 Centro 09715-090 São Bernardo do Campo - SP	Av. Alfredo Balthazar da Silveira, 1785 Recreio dos Bandeirantes 22790-710 Rio de Janeiro - RJ
-----------------	--	---

## 5. CANCELAMENTO DE ENSAIOS

Para solicitação de cancelamento de ensaios após envio das amostras serão adotados os seguintes critérios de cobrança:

- Amostra já cadastradas: cobrança de 40% do valor do ensaio
- Ensaios em andamento ou já finalizados: cobrança de 100% do valor do ensaio
- Para todos os casos, não haverá retenção de alíquotas para ensaio posterior

## 6. ANTECIPAÇÃO DE RESULTADOS

Caso o cliente necessite da antecipação dos resultados analíticos, deve entrar em contato com a SGS para que o laboratório confirme a execução nesta condição e o valor cobrado seguirá conforme abaixo.

Atendimento em regime de urgência (de 2ª a 5ª feira):

- Para retorno de resultados no próximo dia até às 17 horas (1 dia útil), multiplicar o valor dos ensaios por 3.
- Para retorno de resultados em 72 horas (3 dias úteis), multiplicar o valor dos ensaios por 2.
- Para retorno de resultados em 120 horas (5 dias úteis), multiplicar o valor dos ensaios por 1,5.

**Observação:** O prazo de retorno com urgência não inclui sábado, domingo e feriados.

## 7. REEMISSÃO DO RELATÓRIO ANALÍTICO

A emissão de um versão corrigida de um relatório por solicitação do cliente, que não esteja previsto inicialmente no escopo, acarretará na cobrança de R\$ 160,00 por revisão de relatório

## 8. DESCARTE DE AMOSTRA

Quando possível, as amostras analisadas são armazenadas por 10 dias a contar da emissão do relatório analítico. Caso a amostra seja instável, ela servirá para análise qualitativa.

## 9. PRESERVAÇÃO E RECEBIMENTO DAS AMOSTRAS

Quando a amostragem for realizada pelo cliente, o mesmo se responsabiliza pela preservação e acondicionamento adequado das amostras. O não atendimento a essas condições pode incorrer na realização de uma nova amostragem (**ver tabela de preservação e acondicionamento das amostras em anexo**).

**Importante:** Observar a estabilidade das amostras (holding time). Amostras recebidas até às 15h serão encaminhadas ao laboratório no mesmo dia. Amostras recebidas após às 15h serão admitidas no próximo dia útil. Recebimentos não são realizados em feriados e finais de semana. Caso haja alguma situação especial, por gentileza comunicar ao Customer Service da SGS antecipadamente.

## 10. VALIDADE DA PROPOSTA

Validade para aprovação: Esta proposta tem validade de 3 meses a partir da data de emissão.

Validade para execução dos serviços: Após a aprovação pelo contratante, a proposta tem validade de 1 ano a partir da data e emissão.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Caberá à SGS executar os serviços conforme consta nesta proposta.
- A SGS utilizará mão de obra qualificada para realização dos serviços.
- A SGS se compromete em cumprir os prazos especificados nesta proposta.
- As melhores técnicas disponíveis serão utilizadas pela SGS na execução dos serviços objeto desta proposta.
- A responsabilidade da SGS se limita a realização do objeto proposta e pela qualidade do serviço a ser prestado. Qualquer interpretação extensiva do objeto da presente ou de seus resultados deverá ser afastada, para todos os efeitos legais. A SGS não obriga nem garante a aplicação dos parâmetros sugeridos pelo cliente, o qual continuará exclusivamente responsável pela qualidade de seus produtos e/ou serviços.
- A SGS possui um código de integridade no qual se compromete a manter a confidencialidade das informações e não fornecerá informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos, nem sobre os serviços executados, a tecnologia adotada e/ou a documentação técnica envolvida, salvo se forem de notório saber, se por expressa autorização do cliente ou por determinação judicial e/ou de órgãos/entidades municipais, estaduais e/ou federais.
- A SGS se reserva no direito de ter o Laboratório auditado por cada cliente no máximo anualmente, por até 2 dias, perante o agendamento e recebimento de escopo com 30 dias de antecedência à data da auditoria. O escopo está limitado ao referente serviço prestado.

Vide condições gerais de serviço para informações detalhadas.

12. APROVAÇÃO DA PROPOSTA / PEDIDO DE COMPRA

Caso vossa empresa esteja de acordo com os termos propostos, solicitamos que seja preenchida a tabela abaixo com os dados destacados e que a mesma seja remetida aos nossos cuidados.

DADOS CADASTRAIS	
Proposta	Proposta 2024 / 975R0
Data de Emissão	22-05-2024
Razão Social	FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - Fundacentro
CNPJ	
Inscrição Estadual	
Razão Social para faturamento	
CNPJ para faturamento	
Inscrição Estadual para faturamento	
Endereço de Faturamento	
Nome/Telefone do responsável pelo serviço	
Será emitida PO/Ordem de Compra?	Sim
Instruções para Faturamento - Indicar todas as instruções para faturamento. Exemplos: Data limite para recebimento de NF e necessidade de número de PO (ou número de aprovação) na NF. Importante: Se houver emissão de PO, esta precisa ser enviada para SGS antes do trabalho, e o seu número deve ser indicado na Cadeia de Custodia das amostras.	

Declaro, para todos os fins de direito, que procedi com a leitura da proposta Proposta 2024 / 975, como das Condições Gerais de Serviços à ela anexadas, concordando integralmente com os termos e condições constantes em ambas.

Elizabeth Figueiredo  
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - Fundacentro  
elizabeth.figueiredo@fundacentro.gov.br  
-----

## 13. CONDIÇÕES GERAIS DE SERVIÇO

<p><b>1. Geral</b></p> <p>(a) A menos que seja acordado em contrário, por escrito, ou exceto quando estiverem em desacordo com (i) os regulamentos que regem os serviços prestados no interesse de governos, órgãos governamentais ou qualquer outra entidade pública ou (ii) as disposições obrigatórias de lei municipal, todas as ofertas ou serviços e toda(s) a(s) relação(ões) contratual(is) resultante(s) entre qualquer uma das empresas afiliadas da SGS SA ou qualquer um dos seus agentes (cada um deles denominado "Companhia") e o Cliente ("Relação(ões) Contratual(ais)") serão regidas por estas condições gerais de serviço (doravante denominadas "Condições Gerais").</p> <p>(b) A Companhia poderá prestar serviços para pessoas ou entidades (privadas, públicas ou governamentais) emitindo instruções (doravante denominadas "Cliente").</p> <p>(c) Exceto no caso de a Companhia receber instruções prévias por escrito em contrário por parte do Cliente, nenhuma outra parte tem o direito de dar instruções, principalmente no âmbito dos serviços ou da entrega de relatórios ou certificados que deles resultarem ("Relatórios de Inspeção"). Pelo presente, o Cliente autoriza a Companhia, em caráter irrevogável, a entregar os Relatórios de Inspeção a terceiros quando assim for instruído pelo Cliente ou quando, a seu critério, estiver implícito pelas circunstâncias, pela prática comercial, pelo uso ou pelo costume.</p> <p><b>2. Prestação de Serviços</b></p> <p>(a) A Companhia prestará os serviços valendo-se de cuidado e habilidade razoáveis e seguindo as instruções específicas do Cliente conforme confirmado pela Companhia ou, na ausência de tais instruções, de acordo com:</p> <p>(1) os termos de qualquer formulário de pedido padrão ou folha de especificação padrão da Companhia; e/ou</p> <p>(2) qualquer prática comercial, uso ou costume pertinente; e/ou</p> <p>(3) os métodos que a Companhia considerar adequados com fundamento técnico, operacional e/ou financeiro.</p> <p>(b) As informações contidas nos Relatórios de Inspeção provêm dos resultados dos procedimentos de inspeção ou teste realizados de acordo com as instruções do Cliente, e/ou a nossa avaliação desses resultados com base em normas técnicas, na prática comercial ou no costume ou em outras circunstâncias que deveriam ser levadas em consideração em nossa opinião profissional.</p> <p>(c) Os Relatórios de Inspeção emitidos com referência ao teste de amostras contêm o parecer da Companhia somente sobre essas amostras, não expressando qualquer opinião sobre o lote de onde as amostras foram tiradas.</p> <p>(d) Se o Cliente solicitar que a Companhia testemunhe a intervenção de terceiros, o Cliente concorda que a única responsabilidade da Companhia é a de estar presente na hora da intervenção desse terceiro e encaminhar os resultados, ou confirmar a ocorrência, da intervenção. O Cliente concorda que a Companhia não é responsável pela condição ou a calibragem do aparelho, dos instrumentos e dos equipamentos de medição utilizados, pelos métodos de análise aplicados, pelas qualificações, ações ou omissões da equipe desse terceiro ou pelos resultados da análise.</p> <p>(e) Os Relatórios de Inspeção emitidos pela Companhia refletirão os fatos que neles registrar somente no momento de sua intervenção e dentro dos limites das instruções recebidas ou, na ausência de tais instruções,</p>	<p>dentro dos limites dos parâmetros alternativos aplicados, conforme previsto na cláusula 2(a). A Companhia não tem a obrigação de verificar, ou comunicar, quaisquer fatos ou circunstâncias que estiverem fora das instruções específicas recebidas ou dos parâmetros alternativos aplicados.</p> <p>(f) A Companhia poderá delegar a execução total ou parcial dos serviços a um agente ou subempreiteiro, e o Cliente autoriza a Companhia a divulgar ao agente ou subempreiteiro todas as informações necessárias para a sua consecução.</p> <p>(g) No caso de a Companhia receber documentos que reflitam os compromissos contraídos entre o Cliente e terceiros ou documentos de terceiros, como cópias de contratos de venda, cartas de crédito, conhecimentos de embarque etc., esses documentos serão considerados como sendo apenas para fins informativos, não ampliando ou restringindo o escopo dos serviços ou das obrigações aceitas pela Companhia.</p> <p>(h) O Cliente reconhece que a Companhia, ao prestar aos serviços, nem toma o lugar do Cliente ou de terceiros nem os isenta de qualquer uma de suas obrigações e tampouco assume, reduz, ab-rga ou compromete-se a cumprir qualquer dever do Cliente perante terceiros ou de terceiros perante o Cliente.</p> <p>(i) Todas as amostras serão guardadas por um período máximo de 3 meses ou por período inferior, conforme permitido pela natureza da amostra, sendo então devolvidas ao Cliente ou descartadas a critério da Companhia. Após esse período, a Companhia deixa de ter qualquer responsabilidade por essas amostras. A conservação das amostras por período superior a 3 meses incorrerá em uma taxa de armazenagem a ser paga pelo Cliente. Será cobrada do Cliente uma taxa de manuseio e de frete no caso de devolução das amostras. Se houver taxas especiais para descarte, esses valores serão cobrados do Cliente.</p> <p><b>3. Obrigações do Cliente</b></p> <p>O Cliente:</p> <p>(a) Garantirá que informações, instruções e documentos suficientes serão fornecidos no tempo devido (e, de qualquer forma, em período não inferior a 48 horas antes da intervenção desejada) para permitir que os serviços necessários sejam executados;</p> <p>(b) Obterá todos os acessos necessários para os representantes da Companhia ao local onde os serviços serão realizados e tomará todas as providências necessárias para eliminar ou reparar qualquer obstáculo à prestação dos serviços ou qualquer interrupção desses serviços;</p> <p>(c) Fornecerá, se necessário, qualquer equipamento especial e equipe necessária para a execução dos serviços;</p> <p>(d) Garantirá que todas as medidas necessárias serão tomadas para a proteção e segurança com relação às condições de trabalho, aos locais e às instalações durante a execução dos serviços, não confiando, nesse sentido, na recomendação da Companhia se exigido ou não;</p> <p>(e) Informará a Companhia com antecedência sobre qualquer risco ou perigo conhecido, real ou potencial, relacionado com qualquer pedido ou amostras ou teste, incluindo, por exemplo, a presença ou o risco de radiação, elementos ou materiais tóxicos ou nocivos ou explosivos, poluição ambiental ou venenos;</p> <p>(f) Exercerá integralmente todos os seus direitos e cumprirá todas as suas obrigações previstas em qualquer contrato de vendas pertinente ou qualquer outro contrato celebrado com terceiros e em juízo.</p>
---	---



SGS do Brasil LTDA

Unidade SBC, CRL 0470: Rua Silva Jardim, 251 - 09715-090 - Centro - São Bernardo do Campo - SP

Unidade RJ, CRL 0525: Rua Alfredo Balthazar da Silveira, 1785 - 22795-325 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ



#### 4. Honorários e Pagamento

(a) Os honorários não definidos entre a Companhia e o Cliente no momento em que o pedido for feito ou um contrato for negociado corresponderão às taxas normais da Companhia (sujeitas a mudança) e todos os impostos aplicáveis serão pagos pelo Cliente.

(b) Salvo quando um período menor for estabelecido na fatura, o Cliente efetuará o pagamento sem demora, dentro do prazo máximo de 30 dias a partir da data da fatura pertinente ou dentro de outro período conforme venha a ser definido pela Companhia na fatura ("Data de Vencimento"), de todos os honorários devidos à Companhia. A falta do pagamento acarretará a cobrança de juros a 1,5% por mês (ou outra taxa conforme venha a ser definida na fatura) a partir da Data de Vencimento até, e inclusive, a data do pagamento efetivo.

(c) O Cliente não terá o direito de reter ou adiar o pagamento de qualquer valor devido à Companhia com base em qualquer controvérsia, reconvenção ou compensação que o Cliente possa vir a alegar contra a Companhia.

(d) A Companhia poderá escolher mover ação de cobrança dos honorários não pagos em qualquer tribunal que tiver jurisdição competente.

(e) O Cliente pagará todas as despesas de cobrança da Companhia, incluindo os honorários advocatícios e custos afins.

(f) No caso de surgimento de qualquer imprevisto ou despesas não previstas no decorrer da execução dos serviços, a Companhia diligenciará para informar o Cliente e terá o direito de cobrar valores adicionais para cobrir o tempo e o custo extras necessariamente incorridos para concluir os serviços.

(g) Se a Companhia não conseguir executar os serviços, total ou parcialmente, por qualquer motivo que esteja fora do controle da Companhia, incluindo inadimplemento do Cliente de qualquer uma de suas obrigações previstas na cláusula 3 acima, a Companhia, contudo, terá o direito de receber o pagamento:

- (1) pela quantia correspondente a todas as despesas não reembolsáveis incorridas pela Companhia; e
- (2) por uma parcela dos honorários acordados igual à parcela dos serviços efetivamente executados.

#### 5. Suspensão ou Término dos Serviços

A Companhia tem o direito de suspender ou terminar, imediatamente e sem encargos, a prestação dos serviços no caso de:

- (a) inadimplemento por parte do Cliente com relação a qualquer uma de suas obrigações previstas no presente instrumento e se a obrigação em questão não for cumprida dentro do prazo de 10 dias contados a partir da notificação do inadimplemento em questão feita ao Cliente; ou
- (b) qualquer suspensão de pagamento, recomposição de dívida entre credores e devedores, falência, insolvência, liquidação judicial ou encerramento de operações pelo Cliente.

#### 6. Responsabilidade e Indenização

(a) Limitação da Responsabilidade

(1) A Companhia não é nem segurador nem fiador e renuncia a todas as obrigações nessa qualidade. Os Clientes em busca de uma garantia contra perdas ou danos devem obter um seguro apropriado.

(2) Os Relatórios de Inspeção são emitidos com base nas informações, nos documentos e/ou nas amostras fornecidas pelo Cliente, ou em seu nome, e exclusivamente em benefício do Cliente, que é responsável por agir de acordo com o que considerar conveniente com base nesses Relatórios de Inspeção.

Nem a Companhia nem qualquer um dos seus diretores, executivos, funcionários, agentes ou subempreiteiros serão responsáveis perante o Cliente nem terceiros por quaisquer ações tomadas ou não tomadas com base nesses Relatórios de Inspeção, nem por qualquer resultado incorreto decorrente de informações incertas, erradas, incompletas, enganosas ou falsas fornecidas à Companhia.

(3) A Companhia não será responsável por qualquer atraso na execução, inexecução total ou parcial dos serviços como resultado direto ou indireto de qualquer fato fora do controle da Companhia, inclusive inadimplemento por parte do Cliente com relação a qualquer uma de suas obrigações previstas no presente instrumento.

(4) A responsabilidade da Companhia com relação a qualquer reivindicação que venha a surgir por perda, dano ou despesa de qualquer natureza, em nenhuma circunstância deverá ser superior ao valor total igual a 10 vezes o valor dos honorários pagos pelo serviço específico que tiver dado origem à reivindicação mencionada ou US\$20.000 (ou o seu equivalente em moeda local), o que for menor.

(5) A Companhia não será responsável por qualquer prejuízo indireto ou consequente (incluindo lucros cessantes).

(6) No caso de ocorrência de qualquer reivindicação, o Cliente deve enviar um comunicado por escrito à Companhia dentro do prazo de 30 dias a partir da descoberta dos fatos alegados que justifiquem a reivindicação mencionada e, seja como for, a Companhia estará isenta de qualquer responsabilidade por todas as reivindicações por perda, dano ou despesa, exceto se a ação for movida dentro do prazo de um ano a partir:

- (i) da data da execução, pela Companhia, dos serviços que tiverem dado origem à reivindicação; ou
- (ii) da data quando o serviço deveria ter sido concluído no caso de alegação de inexecução.

(b) Indenização: O Cliente garantirá, isentará de responsabilidade e indenizará a Companhia bem como os seus diretores executivos, funcionários, agentes ou subempreiteiros no tocante a todas as reivindicações (reais ou com risco de vir a acontecer) feitas por terceiros por perda, dano ou despesa, qualquer que seja a natureza, incluindo todas as despesas judiciais e custos afins e que de qualquer forma tiverem origem na execução, alegação de execução ou inexecução de qualquer serviço.

#### 7. Diversos

(a) Se for constatado que uma ou mais disposições destas Condições Gerais são ilegais ou inexequíveis sob qualquer aspecto, a validade, legalidade e exequibilidade das disposições remanescentes não serão, de forma alguma, afetadas ou prejudicadas por esse fato.

(b) Durante a prestação dos serviços e pelo prazo de um ano a partir de então, o Cliente não incitará ou estimulará os funcionários da Companhia, ou fará qualquer oferta a eles, direta ou indiretamente, para que deixem os seus empregos na Companhia.

(c) É vedado o uso da denominação da Companhia ou sua marca registrada para fins de publicidade sem a autorização prévia por escrito da Companhia.

(d) As PARTES reconhecem sua obrigação de cumprir todas as leis vigentes envolvendo a proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 e alterações posteriores ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais" ou "LGPD"), comprometendo-se, entre outras, limitar o uso de dados pessoais, em especial dados pessoais sensíveis, aos quais tenham acesso, estritamente de acordo com as finalidades previstas neste contrato e permitidas pela LGPD, abstendo-se de utilizá-los para uso próprio ou de terceiros benefício e para fins comerciais.

#### 8. Lei Aplicável, Foro e Solução de Controvérsias

Exceto quando especificamente acordado em contrário, todas as controvérsias que tiverem origem na(s) Relação(ões) Contratual(ais) segundo este instrumento, ou estejam a elas relacionadas, serão regidas pelas leis substantivas da Suíça, excluindo-se quaisquer normas referentes a conflitos de leis, e serão finalmente dirimidas, segundo as Normas de Arbitragem da Câmara Internacional de Comércio (ICC), por um ou mais árbitros nomeados em conformidade com as normas mencionadas. A arbitragem terá lugar em Paris (França) e será conduzida em língua inglesa.